

“Todos para o que der e vier”: o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de destilação e refinação de petróleo de Mauá no sindicalismo brasileiro (1960-1979)

CAIO VINICIUS DE CASTRO GERBELLI*

O petróleo no Brasil

Para transformar o Brasil em um país industrializado em condições de competição com outros países de desenvolvimento industrial mais antigo, o governo brasileiro pós-1930 se viu na necessidade de investimentos na constituição de empresas estatais que dessem o suporte necessário para impulsionar um maior desenvolvimento econômico.

Para executar o crescimento industrial e alavancar o progresso econômico brasileiro, iniciou-se uma intensa campanha nacional com debates e propostas visando à formação de uma indústria de exploração, prospecção e refino de petróleo no Brasil.

A temática do petróleo brasileiro teve início a partir do entendimento da necessidade de exploração petrolífera que suprisse a crescente demanda por essa fonte e que, por consequência, deixasse de depender das importações das empresas estrangeiras, principalmente por conta do florescente aumento da relevância da indústria na economia nacional e, mais tarde, a expansão da indústria automobilística.

Assim sendo, é nesse contexto que foi criado em 29 de abril 1938 o Conselho Nacional do Petróleo (CNP). Como produto do fortalecimento do estado brasileiro, a partir da consolidação do Estado Novo empreendido por Getúlio Vargas, foi promulgado por meio do decreto lei nº. 395 no qual “declara de utilidade pública e regula a importação, exportação, transporte, distribuição e comércio de petróleo bruto e seus derivados, no território nacional, e bem assim a indústria da refinação de petróleo importado e produzido no país”.

Com o seu intuito definido o CNP procurou propor políticas para o desenvolvimento de uma indústria brasileira do gênero. De modo cambiante, suas ações em seu início de operação não surtiram o efeito desejado, seja por falta de condições mínimas de funcionamento dos laboratórios ou pela falta de agentes habilitados e equipamento necessário. Para Gabriel Cohn, o “CNP revelava-se falho nas atividades cotidianas, alheias ao setor técnico e a administração corrente” (COHN, 1968: 60-61), todavia, foi com essa estrutura falha que se descobriu em 1939 uma reserva de petróleo na cidade de Lobato, Bahia.

* Mestrando em História pela Universidade Federal de São Paulo. E-mail: caiocastroger@gmail.com.



Como o Brasil não possuía a tecnologia necessária para as perfurações e exploração da fonte, o governo e a CNP adquiriram equipamentos estrangeiros de perfuração e sondagem. Contudo, o processo de produção e extração petrolífera sofreu fortes impactos e impedimentos durante a Segunda Guerra Mundial. Para Cohn, será “com o fim da guerra, a queda do governo ditatorial de Vargas, o impulso no sentido de redemocratização nacional e o fortalecimento do setor industrial, beneficiado pelas vicissitudes nacionais e internacionais do período posterior a 1930” (COHN, 1968: 71), que deram o tom no beneficiamento das proposições acerca das políticas do petróleo.

Com a descoberta de poços no Recôncavo Baiano o governo do General Dutra decidiu dar início a construção da primeira refinaria estatal brasileira. A Refinaria de Mataripe, situada no município de São Francisco do Conde, foi pensada em 1947

a partir da união entre o CNP e uma empresa estadunidense chamada M. W. Kellog, as quais assinaram um contrato para construção de uma refinaria com capacidade inicial de processamento de 2.500 barris por dia, a mesma produção comprovada dos campos do Recôncavo. (IVO, 2008: 26)

Após a concretização da empreitada da refinaria de Mataripe os debates acerca do petróleo se intensificam. Dentro da sociedade brasileira podemos identificar duas vertentes que pensavam essa questão: uma defendia a bandeira estatal e a outra defendia a presença de capital privado estrangeiro e brasileiro.

O governo Dutra ao seguir um pensamento de que era necessária a presença de capital privado, procurou se distanciar da proposta de injeção de capital estatal. No interior do governo, representado por suas instituições, a política empreendida via CNP, segundo seus dirigentes, tinha como concepção a certa ineficiência que “nem o Estado e nem a burguesia brasileira possuíam o capital, a tecnologia e os recursos humanos necessários para resolver o problema nacional do petróleo” (IVO, 2008: 32).

Foi a partir deste cenário que o Conselho Nacional do Petróleo propôs em maio de 1945 uma conduta que teve como objetivo a abertura do direito de exploração e refino do petróleo com capital privado, sem restrições a injeção de capital estrangeiro, desde que adquirissem a devida aprovação do governo federal (COHN, 1968: 76-77).

Para Cohn, nesta proposta ficou evidente o fortalecimento da influência do setor privado, tanto nacional como estrangeiro. Foi perante este quadro que a CNP, realizou um processo de concorrência para a constituição de refinarias petroleiras que dessem o suporte



necessário para o consumo das grandes cidades industriais no Brasil, como São Paulo e Rio de Janeiro.

Neste contexto, em 1946, foi proposta pelo setor privado a “Refinaria e Exploração de Petróleo União S. A.” inicialmente para o Rio de Janeiro e posteriormente realocada para São Paulo, maior consumidor de derivados (BARRETO, 2001: 45). Para o funcionamento desta unidade foram necessários acordos com empresas estrangeiras que pudessem fornecer o petróleo a ser refinado. Para isso, o grupo Alberto Soares Sampaio - Corrêa de Castro firmou acordos com a empresa estadunidense Gulf-Oil (COHN, 1968: 101).

Produto da concorrência do CNP, a refinaria União foi composta por capital privado dos quais faziam parte e controlavam mais da metade da empresa Alberto Soares Sampaio e Walter Moreira Salles. A empresa foi projetada para refinar vinte mil barris por dia e seu projeto foi executado por grupos estrangeiros, demonstrando a falta de conhecimento técnico e de tecnologia nacional para a implantação do projeto, entrando em operação apenas em 1953 (BARRETO, 2001: 46).

Concomitantemente ao processo de constituição da refinaria União, em 1948 foi fundado o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional – Cedpen -, que tinha como função “promover uma larga campanha de esclarecimento da opinião pública por meio de artigos, conferências, debates, comícios, caravanas e demais vias constitucionais e democráticas”. Congregando diversas personalidades, como políticos e intelectuais, além da figura dos comunistas representados pelo Partido Comunista do Brasil, o Cedpen se estabeleceu como principal incentivador da tese monopolista estatal (SILVA, 2007: 317).

O Cedpen foi um importante instrumento de incentivo e propagação da Campanha do Petróleo. Esse movimento se tornou o carro-chefe da necessidade de consolidação do desenvolvimento econômico brasileiro. Imbuído de diversos significados e carregados por um forte sentimento nacionalista, que, por conseguinte adotou um slogan sugestivo e que se perpetua até os dias de hoje, como bandeira dos sindicatos petroleiros.

O Petróleo é nosso nasceu como mote durante a Campanha do Petróleo culminando no final de 1951, já no segundo governo Vargas, a proposta de criação de uma empresa de capital misto que monopolizasse a exploração do petróleo. A fundação da estatal Petróleo Brasileiro S/A – Petrobrás – marcou a inserção do Brasil no ramo do petróleo. Para Sousa Ivo, a Petrobrás se tornou uma empresa estatal de primeira geração, juntamente com a Companhia



Siderúrgica Nacional, a Fábrica Nacional de Motores e a Companhia Mineradora Vale do Rio Doce (IVO, 2008: 37).

Com a fundação da refinaria União em 1953, na divisa entre as cidades de Santo André e Mauá na grande São Paulo, no bairro de Capuava, dá-se início a um processo evidente em toda industrialização de São Paulo: “pleno emprego, aprendizado dos ofícios feitos na prática, heterogeneidade do perfil das indústrias e a utilização de trabalho de migrantes nacionais” (LEAL, 2009: 226).

Inseridos em um contexto de intensa movimentação trabalhista, principalmente na região do ABC paulista, que com o passar do tempo se tornou um grande polo industrial brasileiro, a história do movimento da categoria petroleira conflui com todo o movimento dos operários desta região, com destaque aos metalúrgicos e químicos que já possuíam sindicatos e experiências de luta.

Com efeito, é a partir deste cenário que foi fundado em 1960, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Petróleo em Mauá – Sindipetro - sendo produto de toda uma movimentação dos operários que buscavam conquistar direitos e melhores condições de trabalho.

O período que compreende o governo de João Goulart foi de grande movimentação dos trabalhadores da refinaria União. Desejosos de equiparação salarial e da encampação pela Petrobrás, o sindicato dos petroleiros se articulou e iniciou um movimento que resultou em greve, em 1963. Após o fim da paralisação que durou dezessete dias, cinquenta e um trabalhadores foram demitidos da empresa e posteriormente admitidos no quadro de funcionários da Petrobrás.

Após o discurso de Jango no dia 13 de março de 1964 na Central do Brasil, o governo decretou a efetiva encampação de todas as refinarias particulares do país. Essa ação, por sua vez, não se concretizou, pois em 31 de março de 1964 os militares alinhados com a sociedade civil brasileira, deflagraram um golpe de estado e derrubaram a democracia nacional.

Com o novo regime instalado e o novo “presidente” empossado, o decreto de encampação foi revogado e as refinarias particulares retornaram aos seus respectivos proprietários. Em consequência à movimentação dos petroleiros, dos cinquenta e um demitidos em 1963 e mais cento e dezessete trabalhadores, incluindo todos os dirigentes do Sindipetro, foram sumariamente despedidos da refinaria União por motivações políticas.



Consequentemente, o sindicato foi extinto, seus documentos extraviados e sua sede lacrada pelo governo.

Com a imposição da ditadura civil-militar no Brasil e a sua consecutiva repressão às oposições e aos movimentos sociais, o setor petroleiro de Mauá, sem o seu sindicato, viu na união de forças em caráter solidário com o sindicato dos químicos do ABC paulista um mecanismo de continuação de luta contra as condições de trabalho e pela garantia da manutenção na busca por direitos. Foi no período, entre 1964 e 1977, que os trabalhadores petroleiros se viram inseridos em um campo amplificado dentro da luta cotidiana dos operários do setor químico.

Com o lento processo de redemocratização executado pela ditadura e com a venda da refinaria União para a Petrobrás em 1974 (BARRETO, 2001: 61), os trabalhadores finalmente conseguiram se reorganizar e, consequentemente, refundaram o Sindipetro em 1977, retomando, assim, o protagonismo na luta dos petroleiros e coordenando o movimento operário.

Todavia, nem todos os trabalhadores se encontram em plenas condições na questão sobre os direitos trabalhistas. Foi apenas com o advento da Lei de Anistia que os petroleiros cassados em 1964, tiveram seus direitos parcialmente readquiridos.

A partir do acima exposto, nossa pesquisa busca compreender o procedimento de mudança da ação do sindicalismo do setor privado para o sindicalismo do setor público, pensando as ações e os campos de atuação dos trabalhadores do petróleo nessas duas perspectivas, bem como identificar as influências de outros setores sindicais e de organizações de outras categorias do ABC paulista, e, ainda, analisar o processo de perseguição e repressão aos petroleiros sindicalizados durante a ditadura, uma vez que esta temática fica silenciada ou pouco estudada na historiografia, mais dedicada à repressão ao movimento estudantil, aos intelectuais e aos grupos guerrilheiros ou de extrema esquerda.

Movimento petroleiro e ação sindical

Nossa pesquisa nasceu a partir da necessidade crescente de estudos sobre os trabalhadores do petróleo, no qual encontramos pouquíssimos trabalhos acerca do tema, sendo apenas um deles (IVO, 2008) dentro de nossa periodização, década de 1960. Especificamente sobre o nosso objeto de estudo, o sindicato dos trabalhadores da Refinaria de Capuava



localizado na cidade de Mauá, na região metropolitana de São Paulo, nenhum estudo histórico ainda foi feito.

Contudo, para exemplificarmos tal questão, podemos citar alguns estudos sobre os trabalhadores da refinaria de Paulínia (BRANDT, 1900) e de Cubatão (FERREIRA; IGUTTI, 1996) que, se inserem em um contexto mais global dos petroleiros, incorporando desde trabalhadores de outras refinarias espalhadas pelo Brasil, além dos de plataformas exploratórias e de transporte do petróleo e de seus derivados.

Os petroleiros da refinaria União e posteriormente da refinaria de Capuava, em referência ao bairro que está localizada, possuem trajetórias que confluem com a história do movimento operário no Brasil. Com peculiaridades evidentes, que destacamos aqui, do ramo petroquímico, como a periculosidade no trato de insumos químicos e a mudança do caráter empregatício, do setor privado para o setor público.

O início da história do movimento petroleiro em Mauá se insere em um amplo campo de luta e ação entre “movimento operário, movimentos populares de bairros, movimento estudantil e setores da classe média” (LEAL, 2009: 226), dentro de um contexto de forte efervescência política e social no período anterior e posterior a fundação do Sindipetro.

A fundação de sindicatos é umas das forças de organização que congrega e auxilia o movimento dos trabalhadores nas mais diversas formas de resistência que o operariado pode encontrar em relação às condições aplicadas pelos patrões. É resultante de um processo de “organizações que capacitam os trabalhadores a proteger seus interesses” (LINDEN, 2013: 245). Suas estruturas e seus respectivos campos de atuação podem se espelhar em outras experiências dentro do movimento operário da sua própria região, como o dos metalúrgicos do Grande ABC.

Os sindicatos no Brasil, a partir da década de 1930, para se tornarem legais, deviam ser inscritos no Ministério do Trabalho e se atrelarem a uma estrutura tutelada pelo governo que foi iniciada em 1930 com o advento do governo provisório (AQUILES, 2011).

O arquivo do Sindipetro de Mauá

Em nossa pesquisa o corpo documental se fundamenta nos arquivos do próprio Sindipetro de Mauá, que se constituem como principal fonte para apreender o contexto sindical a partir da refundação do sindicato em 1977.



Tendo uma bibliografia escassa sobre os trabalhadores do petróleo, entendemos a necessidade de uma compreensão mais ampla sobre a formação de uma classe trabalhadora de ofícios diversos para compreendermos o movimento petroleiro. Dessa maneira, se faz muito necessário explorarmos as características das redes sociais e políticas inseridas no movimento dos petroleiros.

Ao elencarmos as fontes armazenadas no Sindipetro, nos deparamos com correspondências trocadas entre sindicatos, trabalhadores e com a própria empresa, datas de 1977 a 1979. Para pensarmos o uso de tais documentos entendemos que, é importante detectar nessas correspondências trocadas as redes de sociabilidade dos indivíduos em questão a fim de compreender a inserção social do remetente.

Como afirma a autora Teresa Malatian, através das cartas trocadas poderemos perceber a organização e o papel dos indivíduos que se organizaram em torno de um objetivo comum. "O grupo comporta amizades e ódios, disputas e alianças que está sujeito. Tais informações serão de grande utilidade também para a compreensão da personalidade de um determinado autor, da construção de sua obra, da percepção de suas ideias" (MALATIAN, 2009: 203-209).

Para além das cartas o arquivo ainda possui editais de convocação (1960-1964), estatuto do sindicato, manifestos, registro de associações (1977-1979), avaliação de cargos (1975), atas (1978-1979), boletins (1961-1964; 1977- 1979), livro de registro de empregados (1979), processos do Tribunal Superior do Trabalho (1978-1979), processo de Anistia (1979), e o Jornal dos Petroleiros (1997-2014).

Para atingir os objetivos propostos em sua plenitude, nos utilizaremos de entrevistas a serem realizadas com os sindicalistas aposentados que podem nos relatar o processo de sindicalização e todo o movimento dos petroleiros, com destaque para os trabalhadores demitidos e expurgados em 1964 e anistiados posteriormente em 1979.

Assim, ao nos depararmos com o acervo do Sindipetro desorganizado e com documentos escritos confiscados em consequência da ação do Estado em 1964, entendemos que o trabalho do historiador pode ser em grande parte dificultoso. Logo, a história oral será para o projeto de grande valia para compreendermos o movimento sindical petroleiro. Ao pensarmos o uso da oralidade, nos defrontamos com uma questão acerca de sua importância como metodologia.



Para isso, entendemos que a fonte oral possibilita a amplificação das perspectivas históricas sobre o objeto. Para Alessandro Portelli (PORTELLI, 2006) essas fontes manifestam os propósitos dos feitos, as afeições, as mentalidades, o imaginário e toda uma linha de pensamento alusivo às experiências. Contudo, é importante ressaltar que tanto as fontes escritas e com as orais não estão livres de subjetividades, podendo sofrer de manipulações e construções abstratas. Em *A voz do passado*, Paul Thompson (THOMPSON, 1992) intercede em favor da história oral em relação ao uso de sua metodologia, podendo converter os objetos em sujeitos.

A História vista de baixo e o fazer-se dos petroleiros

A expressão "vista de baixo" implica que exista algo a cima, supondo-se, assim, que não podemos dissociar da história da vida das pessoas os aspectos políticos e as considerações mais amplas da estrutura social. Além de pensar a identidade, ela também reflete a questão da etnia, gênero e conjuntura, sendo ela uma construção histórica.

Esse viés historiográfico desempenha um importante papel na formação de cultura e identidade nacional uma vez que nos recorda que "nossa identidade não foi estruturada apenas por monarcas, primeiros-ministros ou generais" (SHARPE, 1992: 60-62).

Já o "fazer-se" da classe operária inglesa a partir de sua própria experiência, parte do princípio de que as identidades de classe eram construídas a partir de experiências culturalmente compartilhadas, sendo Edward Thompson pioneiro em afirmar que as identidades coletivas não eram dadas pelas estruturas sociais, mas construídas historicamente.

Circunscrevem-se, então, os grupos sociais, as bases socioeconômicas e/ou culturais. Essa base cultural no âmbito dos trabalhadores é forjada pelo próprio trabalho, sendo ele um elemento constitutivo de uma cultura e de uma identidade.

Levando em consideração o conceito de cultura como base comum mais profunda de unidade de uma determinada sociedade, esta permeia a investigação de questões relativas à política, organização do trabalho, empresa, vizinhança, redes de sociabilidade, entre outros.

Para entendermos a formação sindical petroleira que é resultado de todo um processo de ação coletiva e, conseqüentemente, da tomada de consciência de toda uma categoria atuante que percebeu o seu papel como protagonista dentro de um espaço de uma empresa privada, destacamos o pensamento Thompson interessado em desconstruir uma imagem da classe operária restrita a princípios e modelos interpretativos.



O historiador britânico compreende a ocorrência da classe a partir das “experiências comuns dos indivíduos nos quais sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem” (THOMPSON, 1987: 10). Com efeito, é a experiência do indivíduo que intermediará suas ações no centro das análises sobre a conduta social. Como abordagem, esta corrente preenche duas funções importantes: servir como corretivo à história da elite e, ao oferecer uma abordagem alternativa, possibilita uma síntese mais rica da compreensão histórica (SHARPE, 1992: 53-54).

Partindo do pressuposto de formação de um setor petroleiro na cidade de Mauá e na refinaria União, procura-se compreender a constituição do Sindipetro, a trajetória e as formas de ação de seus trabalhadores, analisando as condutas do operariado dentro de um ambiente de luta cotidiana.

Enviado nas esferas da História Social do Trabalho esta pesquisa, de caráter inédito, tem como propósito analisar e situar o movimento dos petroleiros inseridos em uma perspectiva de diferenciação da instituição sindical e a ação dos trabalhadores.

São nossas propostas, então, analisar o processo de formação e fundação do Sindipetro, a partir da organização dos trabalhadores, suas culturas e sua mobilidade como agente operário e compreender os modos e métodos de luta dentro da empresa e do próprio sindicato.

Bibliografia

AQUILES, Affonso Cardoso. Estrutura sindical e mundo do trabalho: alguns dilemas contemporâneos do sindicalismo brasileiro. *Revista Perspectivas Sociais*. Pelotas, Ano 1, n.1, p. 4-15 março/2011.

BARRETO, Carlos Eduardo Paes. *A saga do petróleo brasileiro: “a farra do boi”*. São Paulo: Nobel Editora, 2001.

BRANDT, Vinicius Caldeira, (coord.). *Paulínia: Petróleo e Política*. São Paulo: Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínia, CEBRAP, 1990.

COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

FERREIRA, Leda Leal; IGUTTI, Aparecida Mari. *O trabalho dos petroleiros: perigoso, complexo, contínuo e coletivo*. São Paulo: Scritta, 1996.



IVO, Alex de Sousa. *Uma história em verde, amarelo e negro*. Dissertação de Mestrado em História Social, Universidade Federal da Bahia Salvador, 2008.

LEAL, Murilo. A Fábrica, o sindicato, o bairro e a política: a “reinvenção” da classe trabalhadora de São Paulo (1951-1964). *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 1, n.1, janeiro-junho de 2009.

LINDEN, Marcel van der. *Trabalhadores do mundo: Ensaio para uma história global do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

MALATIAN, Tereza. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luta e senso comum. In FERREIRA, M. M., J Amado (Org.), *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo in: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.

SILVA, Angelissa Azevedo e. A Campanha do Petróleo: em busca da soberania nacional. In: Ferreira, Jorge; Aarão Reis, Daniel (Orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.